

As novas idéias sobre o problema da dívida *Externa*

As novas idéias do governo dos Estados Unidos no sentido de reduzir o peso da dívida externa para as economias dos países do Terceiro Mundo ainda não constituem um plano acabado, mas não resta a menor dúvida de que elas representam a mais importante mudança de enfoque do problema da dívida desde a crise mexicana de 1982, quando a situação dos devedores se agravou, em virtude da brusca interrupção do fluxo de recursos externos. Muito mais do que os pormenores do plano esboçado na semana passada pelo secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, o que interessa, neste momento, é o fato incontestável de que o país líder do mundo ocidental está disposto a criar, em colaboração com os demais **países ricos**, novos mecanismos de redução da dívida e dos juros, a fim de ajudar os países devedores a retomar o caminho do crescimento econômico, do qual se afastaram durante quase toda esta década.

Esta auspiciosa evolução do chamado "problema da dívida" não nos surpreende. Há muito tempo, em diversos editoriais, vimos chamando a atenção dos nossos leitores para as idéias inovadoras que estavam amadurecendo nos países credores, nos organismos internacionais e até mesmo nos bancos. Num desses editoriais, publicado antes da posse do presidente Bush, dizíamos que a atual administração norte-americana iria colocar o problema da dívida entre as suas prioridades. Além disso, alertávamos para a tendência de Bush e de seus principais colaboradores de considerar, além dos aspectos econômico-financeiros, os aspectos políticos da dívida externa, ou seja, as ameaças que o problema acarreta para a sobrevivência das frágeis democracias da América Latina. O novo governo dos EUA já temia acontecimentos como os que provocaram a morte de mais de 250 pessoas na Venezuela, que serviram para evidenciar a necessidade de uma mudança radical na maneira de encarar essa questão. Os sinais dessa mudança se acentuaram na última reunião anual do FMI-Bird, realizada em Berlim em outubro do ano passado, quando o governo japonês apresentou um plano de redução da dívida externa dos países em desenvolvimento. Depois, foi a vez do presidente francês, François Mitterrand, que também sugeriu medidas na mesma direção. E mais recentemente, no final de janeiro, os participantes do Fórum Econômico Mundial de Davos, presidido pelo ex-primeiro-ministro francês Raymond Barre, chegaram a um consenso a respeito da necessidade de se fazer algo urgentemente para reduzir o fardo das dívidas externas dos países em desenvolvimento.

Após o Fórum de Davos, que reuniu banqueiros, políticos e especialistas em finanças dos países credores, além de representantes dos devedores, ficou claro que a principal preocupação dos países credores não era mais a saúde dos bancos e o equilíbrio do sistema financeiro internacional. **Hoje, o que mais preocupa é o futuro político dos países devedores, as suas políticas de ajustamento econômico interno e as condições para a retomada do seu crescimento.**

Porém, por maior que seja o alívio a ser proporcionado pelo plano Brady, a responsabilidade maior continuará sendo dos países devedores, aos quais caberá definir as "políticas econômicas firmes" mencionadas pelo secretário do Tesouro dos EUA. Em outras palavras, se não houver políticas austeras no plano interno, dificilmente um país devedor conseguirá tornar-se elegível para receber os benefícios proporcionados pelos mecanismos de redução de dívida propostos.

Em síntese, pode-se afirmar com segurança que a redução da dívida vai depender de um conjunto de medidas internas, entre elas uma política econômica ortodoxa, a redefinição do papel do Estado e a criação de condições para a realização de investimentos produtivos.

É de se assinalar a preocupação de Brady em tocar na questão da reversão da tendência de fuga de capitais. No caso brasileiro, felizmente, o problema da fuga de capitais jamais preocupou, exceção feita para o período recente, em virtude da falta de confiança despertada pelas políticas econômicas inconsistentes da "Nova" República, que de nova mesmo só tem o nome. Em outros países, como o México e a Argentina, entretanto, essa questão é muito séria. É público o desvio de recursos dos empréstimos externos no México para aplicações no exterior, e na Argentina o problema da fuga de capitais já dura décadas. O Brasil, ao contrário do que aconteceu com o México, aplicou a quase totalidade dos empréstimos externos em projetos de desenvolvimento.

A referência ao problema da fuga de capitais feita por Brady deve ser vista como uma advertência do governo dos EUA aos governos dos países devedores. Ela mostra que esses governos têm uma tarefa enorme pela frente e que só conseguirão receber ajuda na área da dívida se tomarem medidas capazes de restabelecer um clima de confiança internamente. Todo governo que não for capaz de conquistar o respeito e a confiança dos cidadãos estará automaticamente fora desse novo esquema de ajuda. Este é o sentido do editorial do influente jornal **Financial Times**, de Londres, intitulado "O Pantanal da Dívida e as Sugestões de Brady". Para o jornal, o objetivo dos países industrializados, além da estabilidade do sistema financeiro, deve ser o de "facilitar a emergência de países estáveis, democráticos e de economia de mercado... A redução da dívida, por exemplo, é algo perigoso. O risco moral é principalmente recompensar os países menos bem administrados"...

De qualquer forma, o engajamento dos Estados Unidos e dos principais países desenvolvidos num projeto de solução do problema da dívida significa uma verdadeira revolução. Estamos diante de um embrião de plano que poderá exercer enorme influência sobre a economia dos países endividados, dependendo naturalmente do montante de recursos a serem colocados à disposição do FMI e do Bird para financiar os mecanismos de redução da dívida e dos juros. Mas parece que desta vez, para desespero dos demagogos da América Latina, o problema do endividamento externo caminha rapidamente para uma solução satisfatória. Mais cedo do que se pensa esses políticos precisarão arranjar um novo bode expiatório para encobrir a sua incompetência.